



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO**

Processo nº: **0010323-30.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato**  
 Documento de Origem: **IP - 212/2014 - 1º Distrito Policial de São Carlos**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Réu: **ODILON BRAZ DE OLIVEIRA**  
 Vítima: **Clodoaldo Bispo dos Santos**

Aos 25 de abril de 2017, às 15:20h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. ANDRÉ LUIZ DE MACEDO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência de instrução, debates e julgamento**, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, compareceu a Promotora de Justiça, **Drª Neiva Paula Paccola Carnielli Pereira**. Presente o réu ODILON BRAZ DE OLIVEIRA, acompanhado de defensor, o Drº **Lucas Corrêa Abrantes Pinheiro – Defensor Público**. A seguir foi ouvida a vítima, uma testemunha de acusação e interrogado o réu. Como não houvesse mais prova a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução. **Pelas partes foi dito que não tinham requerimentos de diligências**. Não havendo mais provas a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução e determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra a DRA. PROMOTORA:** "MM. Juiz: ODILON BRAZ DE OLIVEIRA, qualificado a fls.104, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 171, *caput*, do CP, porque em 19.08.14, no período da tarde, na Rua São Paulo, 36, Jardim Macarengo, em São Carlos, obteve para si, vantagem ilícita, no valor de R\$7.000,00, em prejuízo de Clodoaldo Bispo dos Santos, induzindo-o em erro, mediante artifício e meio fraudulento, referente a venda de um veículo VW/Gol, azul, placa ADB 8593. **A ação é procedente**. A materialidade está comprovada pelo BO juntado aos autos, pelo documento de fls.10, com assinatura da vítima, quando a mesma assinou o documento de transferência do carro para o réu, além dos envelopes com depósito falso (fls.11 e seguintes). A vítima, ouvida em audiência, confirmou os fatos da denúncia. Disse que vendeu um carro para o réu por R\$7.000,00. A vítima foi ludibriada, já que disse que o réu fez um depósito falso na conta de seu ex-patrão Valmir. A testemunha Valmir também confirmou a versão da vítima, dizendo emprestou uma conta para o Clodoaldo receber o valor da venda de um carro e os envelopes estavam todos vazios. O réu acabou confessando o crime. Consoante se verifica, há provas suficientes para a condenação. Diante do exposto, requeiro seja julgado procedente o pedido para o fim de condená-lo nas penas do artigo 171, *caput*, do Código Penal, ressaltando-se que o réu possui péssimos antecedentes criminais e diversas certidões juntadas mostrando que o mesmo tem personalidade voltada para o crime contra o patrimônio alheio. As certidões de fls.160/161, 180/181, 172 e 174 demonstram



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

que o réu é reincidente específico. Além do mais, o réu possui outras condenações sem o trânsito em julgado (151, 152, 155). Sendo assim, pugna pela condenação, ressaltando-se que o único regime compatível é o fechado, devendo ser decretada a prisão do réu na presente audiência, não podendo o réu recorrer em liberdade. **Dada a palavra à DEFESA:** "MM. Juiz: O réu é confesso e a confissão harmoniza-se com o restante da prova. Ademais, a confissão foi espontânea e precedida de entrevista reservada com a Defensoria Pública, momento que teve a oportunidade de conhecer o conjunto e a totalidade da prova. A admissão do delito nesses termos representa para a defesa expressão da autodeterminação do agente e, além disso, possibilidade de responsabilização penal mais branda. Na dosimetria da pena, requeiro fixação no mínimo, compensação da confissão com a reincidência, benefícios legais e a concessão do direito de recorrer em liberdade. **Pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença:**" VISTOS. ODILON BRAZ DE OLIVEIRA, qualificado a fls.104, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 171, *caput*, do CP, porque em 19.08.14, no período da tarde, na Rua São Paulo, 36, Jardim Macarengo, em São Carlos, obteve para si, vantagem ilícita, no valor de R\$7.000,00, em prejuízo de Clodoaldo Bispo dos Santos, induzindo-o em erro, mediante artifício e meio fraudulento, referente a venda de um veículo VW/Gol, azul, placa ADB 8593. Recebida a denúncia (fls.110), houve citação e defesa preliminar, sem absolvição sumária (fls.222). Nesta audiência foram ouvidas a vítima, uma testemunha de acusação e o réu. Nas alegações finais o Ministério Público pediu a condenação, observando a reincidência e os maus antecedentes. A defesa pediu pena mínima, compensação da reincidência com a confissão, benefícios legais e o direito de recorrer em liberdade. **É o Relatório. Decido.** O réu é confesso. A prova oral reforça o teor da confissão. Ficou evidente que a vítima foi ludibriada pelo depósito dos envelopes vazios. Segundo ela, passou o carro e o documento depois dos depósitos fraudulentos. Da mesma forma, se tivesse feito a entrega do carro antes dos depósitos, é fato que o réu fez depósitos de maneira fraudulenta de forma parecer que pagou, sem ter pago na realidade, o que iludiria, ao menos momentaneamente, os destinatários do dinheiro, na promessa de pagamento correto, com aparência de correção. O réu já foi condenado várias vezes por estelionato, possuindo maus antecedentes (fls.151, 152, 174 e 181). Também é reincidente específico (fls.160/161). Em seu favor existe a atenuante da confissão. Ante exposto, julgo **PROCEDENTE** a ação e **condeno** ODILON BRAZ DE OLIVEIRA como incurso no artigo 171, *caput*, c.c. art.61, I, e artigo 65, III, "d", do Código penal. Passo a dosar a pena. Atento aos critérios do artigo 59 do Código Penal, considerando o elevado valor do prejuízo, R\$7.000,00, com localização do veículo somente após quase um ano do delito, bem como tendo em conta os maus antecedentes de fls. 151, 152, 174 e 181, fixo-lhe a pena-base acima do mínimo legal, em 01 (um) ano e 06 (seis) meses de reclusão, mais 15 (quinze) dias-multa, no mínimo legal. A reincidência se compensa com a confissão, perfazendo a **pena definitiva de 01 (um) ano e 06 (seis) meses de reclusão, mais 15 (quinze) dias-multa**, calculados cada um na proporção de um trigésimo do salário mínimo vigente na época dos fatos, atualizando-se pelos índices de correção monetária. Também pela reincidência e pelos maus antecedentes, a pena privativa de liberdade deverá ser cumprida inicialmente em **regime fechado**,

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****3ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

nos termos do artigo 33 e parágrafos do CP. Inviável a concessão do sursis ou pena restritiva de direitos, nos termos dos artigos 77, I, e II, 44, II e III, c.c. §3º, do CP. O réu respondeu em liberdade este processo. Após o trânsito em julgado, será expedido mandado de prisão. Não há custas nessa fase, por ser o réu beneficiário da justiça gratuita e defendido pela Defensoria Pública. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados presentes, registre-se e comunique-se. Eu, Carlos André Garbuglio, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotora:

Defensor Público:

Réu: